

**ATA ORDINÁRIA Nº 2809/2019**

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezessete horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Antônio Carlos Zago (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **Abertura**; 2. **Votação da Ata 2806/2019**; 3. **Ordem do Dia**; 4. **Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h13min. 1. **ABERTURA**. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Conselheiros, boa noite. O titular, o Presidente Germano, está envolvido com uma reunião ainda com o prefeito, aí pediu que eu iniciasse os trabalhos. Acreditamos que no decorrer da nossa reunião ele apareça. Então, vamos aos trabalhos. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**: **QUESTÃO DE ORDEM**. Senhor Presidente, solicito a inversão da pauta, que o primeiro projeto a ser debatido seja do Sport Club Internacional. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: E qual seria o motivo? A



48 exposição de motivos, por favor. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**  
49 **Planejamento Sete – RGP. 7:** A exposição de motivo é simples. Primeiro porque nós  
50 estamos com os representantes... (Inaudível). E alguns conselheiros terão que sair, como  
51 o Felisberto, vai ter que sair por 19h, 19h15min no máximo. Ele gostaria de fazer o relato  
52 também. Então, nesse sentido estou solicitando a inversão. Na outra semana nós tivemos  
53 três comunidades, ou duas, representando as entidades, nós discutimos o projeto.  
54 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**  
55 Boa noite. A minha solicitação vai ao encontro do que a Maristela solicitou, tendo em vista  
56 que eu tenho uma audiência às 19h30min no Fórum e eu não quero me ausentar da  
57 discussão sobre o projeto do EVU do Sport Club Internacional. Até porque eu quero pedir  
58 solicitação de diligências. Então, gostaria de estar presente. Então, solicito aos pares que  
59 votem na inversão de pauta e coloquem em primeiro lugar o Internacional. Obrigado. **Darci**  
60 **Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**  
61 **Ambiental – ABES/RS:** Eu pediria aos dois conselheiros que pediram inversão de pauta, o  
62 primeiro processo que está na pauta, está na pauta desde fevereiro. E eu acho que em 5  
63 ou 10 minutos no máximo a gente resolve ele. Então, se pudesse ser levado em  
64 consideração, deixar o primeiro processo que rapidamente a gente resolve, sem deixar  
65 para o fim, porque a discussão do Internacional pode ser mais longa. Então, eu proporia  
66 que ficasse o primeiro e depois o Internacional. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**  
67 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu  
68 até entendo a justificativa da Conselheira Maristela e do Felisberto também, acho que tem  
69 uma justificativa que se entenda, é interesse de participar, mas eu queria dizer em relação  
70 a Maristela, que não se crie, até pode se inverter a pauta, tudo bem, não é esse o  
71 problema, mas eu acho que o argumento de que os requerentes estão aqui, os  
72 requerentes já estiveram oficialmente, prestaram seus esclarecimentos. Cada vez que tiver  
73 um proprietário e vier o requerente vai ser motivo para o seu projeto, o seu processo ter...  
74 (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
75 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Respeite a palavra do Conselheiro Hermes.  
76 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
77 **Grande do Sul – SAERGS:** Eu estou querendo que isso não se crie como uma regra.  
78 Então, cada vez que tiver um processo vem o arquiteto, o engenheiro, o proprietário e nós  
79 vamos inverter a pauta porque ele está presente. É diferente de quando ele vem como  
80 convidado para fazer os esclarecimentos devidos. Eu respeito a tua solicitação, eu só não  
81 quero que se crie como regra. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
82 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Entendido. São dois argumentos diferentes. Eu  
83 estou levando muito em consideração, mas quem vai decidir vai ser o Conselho, vão ser  
84 vocês, estou levando em consideração o argumento do Felisberto, que ele tem uma  
85 audiência e é da região dele, estudou o processo, tem uma posição clara. Eu reforço,  
86 Hermes, essa história que tu colocas do interesse do interessado. Já aconteceu outras  
87 vezes. Evidente, isto é uma reunião aberta, pública e tal, mas eu também eu tenho  
88 reservas quanto a esclarecimentos extemporâneos quando não são chamados, mas isso  
89 já aconteceu outras vezes, está acontecendo com o Inter aí. Tu estás levantando, mas  
90 aconteceu com o Phorbis, aconteceu com aquele outro rapaz que sentava aqui ao lado  
91 direto com o presidente aqui. A Obraprima e toda aquela discussão. E muitas vezes até  
92 tira, quebra de certa forma a nossa discussão. (Manifestação fora do microfone). Maristela,  
93 não está em discussão! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
94 **Sete – RGP. 7:** Presidente, por gentileza! Muito obrigada. Não quero criar polêmica, até  
95 porque não foi convite para ninguém estar aqui. Eu puxo para mim essa responsabilidade.



96 Então, ninguém precisa ser deselegante aqui, porque todo mundo com essas regras. Se  
97 eu me excedi peço desculpas, mas deselegância eu não aceito! Muito obrigada. **Luiz**  
98 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
99 Não houve deselegância. Desculpe, conselheira, mas não houve deselegância em  
100 absoluto! A gente está exercendo o respeito mútuo aqui, inclusive, respeito a nós aqui  
101 conselheiros de trabalhar sem qualquer tipo de pressão. Então, conselheiros, existe um  
102 pedido de inversão de pauta, que eu colocaria em votação para que o processo do Inter  
103 seja o primeiro a ser analisado. E existe um pedido do Conselheiro Darci, que não se altere  
104 a pauta ou que ao menos que se garanta que o primeiro seja o processo que ele está  
105 relatando. Então, teremos que encaminhar a votação da seguinte maneira, um vai excluir o  
106 outro... (Manifestação fora do microfone). Houve acordo? Não precisa votar, então? (Não).  
107 Então, o primeiro ponto que eu quero colocar em votação é: **2. VOTAÇÃO DA ATA**  
108 **2806/2019.** Quem aprova a Ata nº 2806/2019, por favor, que se manifeste. (Manifestação  
109 fora do microfone). E em 5 minutos tu achas suficiente para a gente analisar a ata?  
110 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**  
111 **CDH:** Na verdade, a gente não pode fazer de conta. Na verdade, é uma ata muito extensa,  
112 todas as atas têm a sua importância, essa relevância, senão elas não precisariam passar  
113 por uma aprovação. Como ela tem 40 páginas e nós recebemos ela ontem ou anteontem,  
114 na verdade, eu gostaria que ela fosse colocada na próxima sessão. É este o pedido. **Luiz**  
115 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**  
116 Ok. Eu entendi diferente, conselheira. Eu ia sugerir isso, que ela fosse para outra sessão,  
117 porque nessa não há condição, ela é muito extensa. Está aceito, vamos tocar assim. **3.**  
118 **Ordem do Dia. Item 3.01. Expediente 18.0.000120309-2. INTERESSADO: SMURB.**  
119 **ASSUNTO: Desgravame de traçado viário, ajuste de traçado viário, ajuste nos limites**  
120 **das subunidades. LOCAL: Rua Wolfram Metzler. REALTOR: ABES. Darci Barnech**  
121 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**  
122 **ABES/RS:** O relato de vista não foi dado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região**  
123 **de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, relato de vista com o Conselheiro  
124 **Jackão. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**  
125 **Planejamento Três – RGP. 3:** boa tarde, colegas. Relato de vista: (Leitura do parecer de  
126 vista inserido no processo: favorável ao atendimento da demanda). **Luiz Antônio Marques**  
127 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado,  
128 conselheiro. Algum esclarecimento em cima do voto do relato de vista? **Darci Barnech**  
129 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**  
130 **ABES/RS:** O relato que eu dei foi há duas semanas, eu era contrário à proposta, mas me  
131 subordino ao parecer de vista do relator da região. Então, eu altero o meu parecer inicial e  
132 acompanho o parecer de vista aprovando a alteração. Realmente, cabe aqui registrar em  
133 ata, são 28 anos de inoperância da Prefeitura de Porto Alegre. Isso não é um problema  
134 localizado, é um problema generalizado na cidade e que nos traz um alerta nesse  
135 momento que está se discutindo a revisão de plano diretor, do que a gente está fazendo  
136 exatamente aqui, flexibilizando, flexibilizando, flexibilizando por falta de uma figura que  
137 deveria estar mais forte na nossa prefeitura, que é a fiscalização. Afinal, não adianta a  
138 Câmara votar uma coisa, a gente tentar implantar uma coisa, e na prática a vida lá fora  
139 está implantando outra coisa bem diferente, e a gente ficar remendando aqui. Então, meu  
140 parecer segue: “Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, em sessão realizada  
141 no dia 09 de julho de 2019, face ao disposto no artigo 164, inciso 3º da Lei Complementar  
142 nº 434 de 1º/12/99, aprovo a alteração do código de grupamentos de atividade GA 01, área  
143 predominantemente residencial para GA 05 mista II, localizada na Rua Wolfram Metzler e



144 em toda a sua extensão, inserindo a MZ 3, UEU 084, Bairro Rubem Berta, conforme planta  
145 dois anexa”. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
146 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, conselheiros, o que está em votação é pela  
147 aprovação do desgravame de traçado viário, ajuste de traçado viário e ajuste nos limites  
148 das subunidades. (Manifestação fora do microfone: Alteração do código de grupamento de  
149 atividade). Vamos fazer a correção no cabeçalho. Em votação, favoráveis à alteração?  
150 (Contagem de votos = 19 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos).  
151 Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A ALTERAÇÃO**  
152 **DO CÓDIGO DE GRUPAMENTO DE ATIVIDADE.** Conselheiros, então, conforme acertado  
153 vamos para o Item **3.03. EXPEDIENTE: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport Club**  
154 **Internacional. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. padre cacique, 891.**  
155 **RELATOR: RGP. 02.** Então, a palavra está aberta para manifestações. **Felisberto Seabra**  
156 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero fazer o  
157 relato do parecer de vista e posso ler o parecer. (Leitura da solicitação de diligência  
158 inserido no processo). Esse é o meu parecer de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes**  
159 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A palavra está em aberto.  
160 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
161 **Grande do Sul – SAERGS:** O meu também é parecer de vista. Leio? **Luiz Antônio**  
162 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim. Por  
163 favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**  
164 **ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Como tem pedido de diligência no parecer do  
165 Conselheiro Felisberto, que pode ser daqui a pouco prejudicial ao meu próprio parecer, eu  
166 gostaria que essa questão fosse deliberada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**  
167 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tem que ser votado antes. Então,  
168 podemos fazer a discussão da solicitação da diligência, dos argumentos apresentados  
169 pelo Felisberto. Então, a palavra está com a Maristela, que não é parecer de vista e sim  
170 comentário. (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Maristela, a mesa está instruindo.  
171 Os dois pareceres de vista que tem, eles acham... (Manifestação fora do microfone).  
172 Desculpa, Maristela, mas se tu pudesses escutar eu terminar. Eles estão aguardando,  
173 estão pedindo para primeiro definir se aceita ou não o pedido de diligências do Conselheiro  
174 Felisberto, que poderá influenciar no parecer deles. Eles pedem que primeiro seja votado,  
175 deliberado sobre o pedido do Felisberto. Então, por isso que nós estamos em comentários,  
176 esclarecimentos no universo do relato do Conselheiro Felisberto. **Maristela Maffei**  
177 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu também sou relatora,  
178 Presidente. Por isso que eu havia me escrito Eu também sou relatora, também estou  
179 incluída nos pedidos de vista. Aliás, por sinal, nós temos um pedido de vista coletivo aqui.  
180 Se analisar bem como que ficou organizado, que foi encaminhado o pedido de vista, tinha  
181 um pedido de vista e depois o pedido de vista de vários outros. Foi por isso que eu me  
182 inscrevi e deixei a primeira, porque o colega Hermes havia solicitado primeiro, mas não  
183 tem problema. O senhor entendeu porque eu havia pedido a inscrição? Agora abriu o outro  
184 encaminhamento, também entendi, mas só para esclarecer, ou seja, o que eu posso  
185 considerar trazer aqui, que eu busquei as informações, é o número do processo. Eu queria  
186 passar aqui o número, porque eu fiz uma pesquisa que já consta o número do processo. É  
187 o IPHAN. Queres anotar, conselheiro? É 01512.003439/201652. Sobre a questão da lei,  
188 pelo que eu entendi e pelo o que temos esclarecimento, a lei de uso já está tramitando na  
189 Câmara de Vereadores, como é de conhecimento, não um EIA RIMA, porque a área já é  
190 bastante antropizada, a SMAMS mesmo fez o tipo de estudo no momento do liderança  
191 ambiental. Correto? Terceiro, essa questão do IPHAN, que eu já encaminhei o número.



192 Quarto, contrapartidas, eu tenho o entendimento que tem que ser através da prefeitura,  
193 não é isso? Nós vamos tencionar a prefeitura para apresentar ou a gente faz direto para o  
194 empreendedor? Mudou um pouco essa lógica agora, o interessado pede para o  
195 empreendedor a contrapartida? Nós aqui? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**  
196 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não! **Maristela Maffei (Titular),**  
197 **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tá. Ok, só para esclarecer, porque  
198 eu também não sei tudo, né, Presidente. Eu concordo com a questão das escolas de  
199 samba, mas na hora que podemos solicitar, só que eu acho que tem que vir de lá  
200 conforme as outras solicitações, senão fica uma relação muito promíscua, né. Eu acho  
201 bem chato isso. Os demais itens, não sei se são relevantes desses assuntos que nós  
202 estamos discutindo aqui, mas em todo caso levo em consideração. Eu sou contrária ao  
203 pedido de diligência, até pelas discussões que nós já tivemos tanto aqui como no  
204 Internacional. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**  
205 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais alguma discussão sobre e o pedido de diligência? Eu  
206 quero falar um pouquinho como conselheiro da RGP. 06. Conselheiros, eu reforço o  
207 pedido de diligência por algumas questões que esse processo encerra. É um processo  
208 extremamente importante em que nós estamos lidando, além da troca de regime de  
209 atividade residencial, que é hoje o que prevalece, que é a lei de 64, depois a lei mais  
210 adianta, que foi novamente reafirmado, eu não estou com a dada aqui, mas igual mantém  
211 a tradição lá de 1956, quando foi feita a doação dentro daquelas características que não  
212 poderia ter empreendimento habitacional na área. Isso foi muito claro. Eu conversei com o  
213 vereador da comissão da CCJ da Câmara de Vereadores para saber qual era a situação  
214 real do pedido de alteração de lei, através desse PL que tem lá, o PLCE 004/19. O  
215 vereador afirmou o seguinte, ele está na CCJ, mas não foi ainda acionado, nem pelo  
216 interessado Internacional e nem pela prefeitura, que são os dois elementos que vão  
217 conversar com a comissão. E não tem mais espaço para ser discutido antes do recesso. E  
218 também não significa que vai ser aprovado, somente a discussão que os vereadores vão  
219 fazer que vai dizer se vai ser aprovado ou não. Aí eu fiz uma leitura do PL que está lá e eu  
220 achei um pouco confuso, inclusive em relação à atribuição da atividade. Eu achei ele um  
221 pouco confuso. O que foi retirado em maio era mais claro, que foi retirado pelo Paim. O  
222 governo tinha mandado um outro, que era bem claro o outro na troca de atividade, que  
223 permitisse o empreendimento imobiliário, onde se colocaria residências. Ficou um pouco  
224 confuso. Dentro do processo existe uma nota técnica da PGM, assinada pelo Procurador  
225 Nelson Marisco, essa nota, a partir do questionamento da SMURB a época. Essa nota é  
226 de 19/04/2016, que questionada a PGM se podia haver essa troca de regime, a troca de  
227 atividade e outras coisas, porque o artigo da Lei nº 609/2009, os artigos 3, 5, 6 e 7 vetam  
228 habitação. E aí a resposta da PGM, no item 4 diz assim: “Não vejo a existência de  
229 qualquer impeditivo para a citada alteração legislativa, desde que venha por instrumento  
230 legislativo de mesma hierarquia”. No item 5 ele responde assim: “Quanto ao rompimento  
231 da altura...”- que é uma situação bastante importante para a gente conversar, discutir e  
232 colocar, que está sendo muito discutida, pela importância que isso tem no cenário da  
233 cidade, não estamos aumentando de 52 para 60, para 62, nós estamos aumentando o  
234 limite, que é 52, o menorzinho para 85 e o outro para 130. Altamente importante essa  
235 decisão e que está passando de certa forma batida da discussão, inclusive, pelo conjunto  
236 de geradores do espaço em Porto Alegre, os arquitetos, os engenheiros, as empresas de  
237 construção, as empresas empreendedoras e tal. Eu acho que mereceria uma discussão  
238 mais abrangente. E dentro do processo esse item não tem uma configuração mais  
239 convincente, é uma proposta de aumentar a altura e não vem com alguma coisa que eu



240 imaginava. Está aqui hoje o Zago, que me lembra de uma discussão se fez lá no  
241 SINDUSCON e eu fui convidados, também mais outros arquitetos para discutir edifícios  
242 icônicos em Porto Alegre. E os arquitetos tranquilamente favoráveis a que se tenha essa  
243 possibilidade de ter edifícios icônicos em Porto Alegre; mas dentro de uma lógica, dentro  
244 de um formato, dentro de alguma coisa que tenha coerência com o espaço que a gente  
245 está ocupando. E eu não sei a discussão, eu não fiquei convencido que ali tem os  
246 elementos para ter um edifício icônico de 130 metros. Eu não fui convencido. Se eu estou  
247 aplicando, por exemplo, os condicionamentos de altura que outro arquiteto qualquer vai  
248 fazer no seu predizinho ali de 20 m de largura por 60 m de largura, que vai ter que atender  
249 os recuos 18%, de 20%, de 25%, etc., dependendo da altura que estamos trabalhando e o  
250 tamanho do terreno, a gente fica chocado. Pô, ficam brigando aqui às vezes por 50 cm  
251 para botar o pavimento a mais no prédio e eu de repente sem o critério para convencer os  
252 próprios arquitetos se coloca um prédio de 130 metros. Aí – Vamos aplicar, vamos ver  
253 como estão colocadas as questões dos condicionantes de afastamentos laterais ou  
254 afastamentos de frente! Tu ficas abismado. Então, eu queria ser convencido, queria ser  
255 mais convencido de que isso é uma proposta coerente, é por aqui, que nós vamos permitir  
256 os projetos icônicos em Porto Alegre. Eu queria uma discussão mais técnica, uma  
257 discussão mais colocada do ponto de vista do envolvimento urbanístico que tem uma  
258 intervenção desse tamanho. Não é 52 para 62, nós estamos falando de 52 m para 85, de  
259 52 m para 130. Então, eu queria ter mais essa oportunidade de discutir. O que diz esse  
260 parecer que eu estava lendo da PGM sobre isso? “Quanto ao rompimento de altura.  
261 Deverá ser estabelecido o regime urbanístico que se pretende para a referida área por  
262 intermédio de uma lei complementar”. Esta é a posição do Marisco da PGM, lá em 2009.  
263 Nesse sentido eu reforço o pedido de diligência do conselheiro, no sentido que a gente  
264 tenha mais oportunidade de vir a discutir isso aí, porque para mim, na minha interpretação,  
265 nós estamos fazendo uma aprovação de regime em um lugar que não pode ter o que  
266 estamos aprovando, que nós poderemos aprovar. Na verdade, nós não aprovamos, nós  
267 indicamos ao prefeito e o prefeito homologa ou não. Nós o aconselhamos e eu acho que  
268 nesse momento nós estamos aconselhando a colocar um empreendimento de tal forma  
269 em um lugar que não pode ter. Isso de certa forma configuraria uma ilegalidade. Eu acho  
270 que seria mais correto esperar haver a votação na Câmara de Vereadores, se aprovado  
271 volta o processo para o seu trâmite normal e nós vamos nos colocar na posição que a  
272 gente sempre está, que é lá na ponta para sugerir ou não a homologação pelo prefeito da  
273 cidade. Como Conselheiro da Região 06 é esta a minha colocação. **Hermes de Assis**  
274 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**  
275 **SAERGS:** Eu queria também, não sei se é um pedido de vista, mas eu gostaria de alertar  
276 que tem sérios problemas legais no processo. Uma coisa que me chama atenção é que o  
277 parecer do DMAE, o parecer da CAUGE é aprovado e, conseqüentemente, ficam  
278 aprovados vários pareceres setoriais das várias secretarias. O parecer do DMAE, salvo  
279 melhor juízo, eu li e reli várias vezes a cópia do processo, ele sempre se refere à área do  
280 Parque Gigante, aquelas áreas, para 70 pessoas, aprovação do esgoto sanitário para 70  
281 usuários, com uma vazão de 0,01 litros por segundo e com sugestão de fosse séptica. É a  
282 situação tradicional para uma residência ou um pouco mais. Também não sei se isso é  
283 pedir diligência também ou conferir, porque isso simplesmente torna esse processo... A  
284 aprovação dele corre risco, principalmente considerando que isso aqui está gravado, faz  
285 parte da ata de uma reunião, quando o Diretor Geral do DMAE veio aqui e disse que Porto  
286 Alegre estava sucateada, que não tinha condições de abastecimento de água, que não  
287 tinha mais condições de aumentar a capacidade de tratamento, a não ser com grandes



288 investimentos, que não estavam sendo feitos. Então, isso me parece, ou esquecimento,  
289 talvez eu tenha falhado, mas confesso que eu li várias vezes todos os pareceres da  
290 CAUGE. E a outra situação também que eu queria esclarecer os conselheiros, eu não vou  
291 ler o meu parecer, se for o caso eu leio, é que pela provação que está sendo dada também  
292 possibilita até 160 m de altura. Isso está bem claro, se me permite o Presidente, isso está  
293 em um parecer da SMURB, aprovado pela CAUGE, não é o parecer final da CAUGE, mas  
294 faz parte dos estudos de viabilidade e esse parecer não foi desaprovado, não foi  
295 substituído. Então, no parecer da SMURB diz o seguinte: “Em relação à altura das  
296 edificações, a diretriz emitida pela SMURB se refere ‘resta, então, o limite para a aplicação  
297 da arquitetura icônica, onde se autorizam 160 m de altura, mesmo que o processo  
298 apresente 130””. Eu cansei de ver na prefeitura, durante a minha vida funcional aqui, que  
299 quando vai se aprovar um projeto vale o que está lá nos estudos de viabilidade aprovado,  
300 nos vários estudos de viabilidade. Então, isto aqui está valendo, salvo melhor juízo, está  
301 valendo, são 160 metros. Isto é outra discussão. E para complementar, eu não vou  
302 enumerar agora uma série de algumas irregularidades sérias no processo, esse processo  
303 é de ir para o Ministério Público. E eu vou fazer mais uma afirmação aqui, também usando  
304 da minha experiência, esse processo tem a inserção de dezenas e dezenas de leis, de  
305 coisas que foram colocadas sem nenhuma referência. Isso para quem é mau entendedor,  
306 ingênuo ou não conhece os processos, para isso já houve um inquérito aqui na prefeitura  
307 com a demissão de engenheiros, arquitetos e os outros funcionários por corrupção. Eu não  
308 estou tendendo a nenhum funcionário, eu sempre coloco que defendo os funcionários,  
309 assim como faz parte da minha vida, inclusive; mas essas introduções sem numeração,  
310 sem nenhum registro de que foi introduzido e simplesmente segue uma (Inaudível), de  
311 repente vem um assunto, uma lei. Isso é uma forma que se usa para substituir um parecer  
312 para substituir alguma coisa sem que seja percebido. Para um bom entendedor, olha o  
313 processo – “Ah, está aqui, por que tem isso aqui? Não tem nada a ver”. Só que foi muito  
314 frequente e isso está em um relatório do Ministério Público, inclusive da Polícia Civil, que  
315 investigou. É uma forma de introduzir matérias que não tem nada a ver, de repente vem lá  
316 um parecer da CAUGE, de repente entram folhas de uma lei qualquer lá que já tem várias  
317 vezes no processo e segue a numeração. E com isso aí se tira pareceres contrários e etc.  
318 Isto está no meu parecer, eu leio se for o caso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**  
319 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Hermes, esse assunto dos 160 m eu  
320 li também. No mínimo cabe um pedido de esclarecimento a CAUGE, porque eu tenho  
321 exatamente o que tu estás dizendo lá, fala em 160 no início, depois abandona e fala em  
322 130, mas tem votações, tem assinaturas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular),**  
323 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu gostaria  
324 assim, Hermes, tu és colega, que tu fosses mais respeitoso conosco, nós colegas, colegas  
325 arquitetos. Entendeu? Não existe... (Manifestação fora do microfone). Agora deixa eu falar.  
326 Quando tu falas assim, que existem inúmeras irregularidades. Bom, aponte irregularidades.  
327 Certo? Segundo, aponte, liste exatamente quais as irregularidades. Segundo, o processo,  
328 como tu sabes, é feito por um colegiado e segue todas as regras. Esse processo, o colega  
329 que analisou, foi um trabalho exaustivo, um trabalho técnico que eu admirei o trabalho que  
330 ele fez. Exaustivo, de arquiteto, que merece todo respeito. Agora, se tem alguma  
331 irregularidade, bom, a gente não tomou conhecimento dessa regularidade durante o  
332 processo. Entendeu? E este processo, inclusive, já foi apresentado no Ministério Público,  
333 todas as questões já foram solucionadas. Agora, se quiser mandar de novo não tem  
334 problema, acho que a equipe técnica não tem problema nenhum em esclarecer qualquer  
335 coisa que tenha ali. Eu só estou aqui para defender o trabalho do nosso colega, que foi



336 excepcional. Entendeu? E se existe uma provocação quanto à altura, existe sim, mas está  
337 sendo trazido a este conselho para isso. Entendeu? Eu acho que este é o foro para  
338 discutir. Se fosse flexibilizada uma altura que não viesse a este Conselho, tudo bem, aí  
339 vocês poderiam questionar, mas nós estamos aqui para discutir a cidade, a cidade está em  
340 constante renovação. E tudo que passa pelo processo, como tu falaste – Ah, os 160! Não,  
341 vai ser o que for validado aqui dentro. Então, é o que vale, os 160 foi a análise que ele fez.  
342 Sim, poderia. Qual é o problema? Não tem problema nenhum nisso. Agora, veio para cá  
343 fora, o foro valida ou não o que foi dado exaustivamente toda a equipe técnica, inclusive,  
344 do DMAE, que é presente em todas as reuniões, umas das pessoas mais presentes e  
345 eficientes lá daquela comissão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
346 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Patrícia, só para informar, o Ministério Público  
347 pegou o processo de novo... (Manifestação fora do microfone). Não, não estou dizendo  
348 que é ruim e nem que é bom, estou dando uma informação, só estou dando uma  
349 informação. O Ministério Público na semana passada pediu a cópia, a secretária executiva  
350 providenciou, com orientação do Presidente. Foi feita a cópia e entregue na semana  
351 passada. O que não me surpreende em nada, porque o Ministério Público é um órgão  
352 fiscalizador de quantas coisas. Já teve caso aqui no Conselho que o Ministério Público veio  
353 camufladamente e sentou lá no fundo. Foi quando nós falávamos aqui sobre certo  
354 processo e foi provocado por gente aqui de dentro, por gente que estava sentado na mesa  
355 aqui. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**  
356 **Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, eu só queria esclarecer rapidinho, não vou  
357 polemizar. Colega Patrícia e demais colegas da Prefeitura, quando eu levanto essas  
358 questões de forma nenhuma estou querendo menosprezar ou duvidar. Pelo contrário, a  
359 valorização profissional dos funcionários públicos passa pela moralização dos  
360 procedimentos administrativos dos processos. O que eu falei é real, Patrícia, tu sabes, tu  
361 acompanhaste aqui dentro. Houve uma ação do Ministério Público com polícia, uma ação  
362 efetiva de investigação e processos que levaram a exoneração de colegas por corrupção  
363 dentro dos processos. Então, eu queria que ficasse bem claro que esse processo que  
364 acontece, esses métodos, eu não sei onde é que acontece, pode ser em qualquer lugar,  
365 pode ser dentro de um automóvel quando o processo está tramitando. Então, não toma as  
366 dores dos colegas, Patrícia, por favor. Tu sabes que a gente luta para defender os bons  
367 profissionais, os bons funcionários públicos. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso**  
368 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Depois de assistir a este  
369 debate dos iluminados aqui, arquitetos, engenheiros, catedráticos, eu como analfabeto da  
370 favela e negro falar o quê? Eu não vou discutir um projeto deste tamanho porque não sou  
371 arquiteto, não sou engenheiro, não sou da CAUGE e nem da prefeitura. A única coisa que  
372 quero dizer é o seguinte, analisando o projeto, fico pensando o seguinte: um  
373 empreendimento na beira do rio, tiraram 80 casas, desmontaram toda uma área e do lado  
374 um clube chamado Internacional para fazer um empreendimento fabuloso. Dali 400 m,  
375 morro acima, tem uma vila chamada Vila Gaúcha, que o pessoal não tem direito à  
376 moradia, não tem direito a casa, a nada, encruada no morro, com assalto, criminalidade  
377 altíssima, no morro. Ao lado um empreendimento fabuloso que vão milhões. Então, hoje é  
378 preferível empreendimento a alto custo do que famílias de bairro. E a Prefeitura não  
379 discutiu nada para legalizar uma vila. Então, meus engenheiros e arquitetos aqui, o nosso  
380 papel aqui é avaliar a cidade? Não! Não é a cidade, estamos avaliando empreendimentos,  
381 não cidade! Então, não vamos ser hipócritas e falar aqui em cidade. É hipocrisia de vocês  
382 falarem em cidade aqui dentro. Estamos avaliando empreendimentos a alto custo, de  
383 dinheiro que corre ali dentro. Isso sim eu concordo. Não venham me falar em hipocrisia de





384 cidade, se forem discutir a cidade, aí sim, cidade, que vai ter um empreendimento  
385 altíssimo, que vai ter lá embaixo, perto do Iberê Camargo outro empreendimento. E o que  
386 eles dão para a cidade, para o bairro? Não vão dar nada, está ganhando! Prédio público  
387 não compraram nada, nada! É isso que me dói. E o DEMHAB não quer legalizar vila, não  
388 quer dar porra nenhuma para ninguém, porque é caro. Agora, tem dinheiro pagando um  
389 milhão para jogador, milhões e milhões que pagam ali dentro, mas o que dão para a  
390 comunidade? Nada! Então, o que vocês querem que eu fale? Hipocrisia. Avaliando, o meu  
391 voto hoje é não. Não vale nada o meu voto, mas eu voto não. O que eu vou dizer para o  
392 pessoal da Vila Gaúcha ali de cima? Tu é Conselheiro Paulo Jorge e aprovou? Vão  
393 construir aquelas torres, quero ver o que vocês vão dizer para as crianças daqui alguns  
394 anos. Agora, não avaliam nada de melhoria de bairro, esgoto, banheiros, escola, não!  
395 Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**  
396 **Seis – RGP. 6:** Conselheiro Paulo Jorge, muito paralelo. **Felisberto Seabra Luisi**  
397 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero colocar que meu  
398 pedido de vista não tem nada a ver com coloração clubística, é apenas para dar o amparo  
399 legal para que a gente não vote do escuro. Eu entendo assim, que a gente tem que ter o  
400 máximo de cuidado com os processos que passam aqui, porque abrirá um precedente sim.  
401 A questão da altura eu não me dediquei, porque não era o momento, até porque eu vou  
402 pedir vista se for aprovada a diligência, para dar um parecer mais técnico também. E quero  
403 deixar bem claro que não tem nada a ver com a questão de coloração gremista ou  
404 colorada, é também ter um projeto que assegure ao Internacional a legalidade. É esse o  
405 cuidado que este conselheiro teve, apenas isso. E os meus delegados são contra, e eu  
406 terei uma reunião no meu foro para discutir qual será a nossa posição com relação a esse  
407 projeto. é isso, por isso a solicitação de diligência. Eu tenho que me retirar, eu tenho  
408 audiência às 19h30min. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade**  
409 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Então, eu queria comentar nessa direção que  
410 está sendo falado, porque, normalmente, quando se trata de produzir edifícios dessa  
411 dimensão, isso toca um conjunto de questões na cidade que são muito significativos. Vou  
412 falar algumas aqui porque eu não organizei nenhuma fala, eu só estou falando em cima  
413 das falas do Felisberto e do Paulo Jorge, e do Hermes, que me desencadearam aqui. A  
414 primeira questão que a gente precisaria considerar o Hermes tocou, que é a questão da  
415 infraestrutura suficiente. Trata-se de um edifício de 130 “andares” e um de 85... Metros  
416 (corrigindo). Isso significa uma construção de 215 m de altura, divide-se isso por 3, que é o  
417 número de andares... Quanto isso é de andares? É 130 um 85 o outro, quanto dá isso?  
418 São 43 andares. É uma concentração de 43 andares. Então, é importante a gente  
419 considerar isso. É importante a gente considerar também a questão do sombreamento de  
420 áreas públicas, porque isso vai gerar com sombreamento no entorno. É fundamental a  
421 gente pensar na questão das vistas protegidas O que significa isso, já que está falando de  
422 edifícios icônicos? Normalmente, as cidades quando tratam de fazer edifícios icônicos,  
423 fazem um plano diretor para a cidade, particular para produzir esse tipo de edifício nessa  
424 área. É o que acontece com Londres, é o que acontece com Nova York, enfim, nas  
425 cidades grandes que nós temos, as cidades que realmente tem edifícios icônicos. Isso  
426 aconteceu agora, recentemente em Londres, que era uma cidade que não tinha edifícios  
427 em altura. E para se construir isso foi criado um plano diretor para que nessa área fosse  
428 construído o tal edifício icônico que a gente tem falado aqui. Por que esse plano diretor  
429 determine o *skyline* da cidade? O que é *skyline*? É aquela representação do perfil da  
430 cidade, é aquilo que a gente olha Porto Alegre e tem lá a Usina do Gasômetro, a gente diz  
431 – Ah, o significado disso. Ou seja, o significado do perfil construído da cidade. Assim como



432 é importante o significado do perfil natural da cidade, foi o que eu comentei na reunião  
433 passada. Mas como assim? A gente está construindo um negócio de uma altura tal que  
434 completamente desrespeita a linha natural do terreno, do entorno. Então, outra coisa,  
435 defender que é para o bem da comunidade, isso não é nenhuma vantagem, qualquer difícil  
436 que se faça deve ser para o bem da comunidade, é um mínimo, é ponto. Isso aí é dado,  
437 não tem como defender um edifício dizendo – estou fazendo para o bem da comunidade!  
438 Ninguém imagina que se esteja fazendo alguma coisa que não seja para o bem da  
439 comunidade. Eu acho inaceitável esse tipo de discussão, isso não é argumento, tudo que  
440 se faz na cidade deve ser para o bem da comunidade. É a mesma coisa que alguém que  
441 vai pegar o emprego, vai pegar um trabalho e dizer: “Eu sou honesto”. Ninguém imagina  
442 que a pessoa seja desonesta, é o mínimo. Então, o bem na comunidade é o mínimo que  
443 se espera. E a outra coisa que eu gostaria também que a gente pensasse é que,  
444 normalmente, em todos os países que eu já ouvi falar na minha vida, quando se constrói  
445 edifícios que tem muitos andares, normalmente, o investimento é feito, é realizado por  
446 empresas multinacionais. As inversões no local são feitas por conjuntos, por grupos,  
447 agremiações, são internacionais que fazem esses investimentos. Então, eu acho que isso  
448 também é uma coisa que a gente talvez pudesse pensar a respeito, porque às vezes a  
449 gente diz – Ah, nós vamos fazer isso! O que significa isso para a cidade, ou para o país, ou  
450 para a geração de empregos, ou para o que quer que seja? Então, eu acho que não é uma  
451 coisa simples o que a gente está aprovando. O Paulo Jorge falou muito bem, é na beira do  
452 rio. (O Sr. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da  
453 Sustentabilidade – SMAMS passa a presidir). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**  
454 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu estou tentando entender a ordem e a  
455 condução da mesa. O Felisberto fez um parecer de vista, fez pedido de encaminhamento  
456 de diligências, eu fiz um levantamento de Questão de Ordem e até, então, eu não vi a  
457 Questão de Ordem ser votada. Eu vi o Presidente em exercício fazer a manifestação dele,  
458 honestamente eu não entendi qual era o encaminhamento, Gomes, porque tu referes a  
459 existência de um projeto de lei, ao mesmo tempo diz – Ah, tem que esperar. Então, não  
460 consegui fazer o entendimento. Então, eu gostaria de saber, na Questão de Ordem que foi  
461 levantada é – Vamos encaminhar a diligência ou não? É simples. Segunda questão, eu  
462 acho que este Conselho merece transparência. Então, o nosso Presidente em exercício  
463 referiu a Conselheira Patrícia que o processo se encontra atualmente com Ministério  
464 Público. Então, eu exijo esclarecimentos. Foi o que ele manifestou e eu quero  
465 esclarecimentos, porque eu acho que isso é um direito de todo o conselho saber o que  
466 está acontecendo com esse expediente, não apenas a Conselheira Patrícia. **Germano**  
467 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**  
468 **SMAMS:** Antes da gente botar o pedido de diligência, gostaria de fazer os  
469 esclarecimentos. Eu tomei a liberdade de fazer a leitura, o Conselheiro Felisberto muito  
470 bem traz aqui alguns questionamentos, enfim, trabalhei na Procuradoria Geral do  
471 Município, tenho certa experiência nesse aspecto, acho posso contribuir, independente da  
472 gente votar naturalmente na sequência a vigência, quanto à necessidade. No aspecto da  
473 Lei, e eu ressalto isso, por que não tem lei definindo o regime nesse caso específico?  
474 Porque o Estudo de Viabilidade Urbanística é a base para a formação da lei. O plano  
475 diretor, em determinados artigos prevê que o Estudo de Viabilidade Urbanística vigorará  
476 como regime urbanístico, no entanto, índice de aproveitamento é por meio de lei. O estudo  
477 de viabilidade faz essa compatibilização das mais diversas nuances envolvidas, qual é o  
478 regime que se quer, as contrapartidas, enfim, é esse estudo que vai dar configuração para  
479 formar o projeto de lei. Então, ele aprovado aqui pelos conselhos, onde tem acento as



480 entidades, depois será homologado pelo prefeito, será enviado para Câmara de  
481 Vereadores, terá que haver audiência pública própria, prevista, para alteração de plano  
482 diretor, que, afinal, é plano diretor. Então, a partir desse encaminhamento, essa aprovação  
483 pela Câmara de Vereadores, que o município poderá aprovar o projeto arquitetônico, que é  
484 uma segunda etapa. Isso é bem natural do processo de aprovação, que se faz a análise do  
485 Estudo de Viabilidade Urbanística para ver se o município tem interesse em inviabilizar  
486 aquele empreendimento, em alterar o regime daquela área. Essa é a configuração do  
487 projeto especial, porque a gente tem uma lei, que foi atualizada lá em 2010, um Plano  
488 Diretor de 99, em 2010 foi atualizado, em 2020 vai sofrer uma nova atualização. Só que, o  
489 que o plano previu para que nesse processo de alteração de 10 em 10 anos que a gente  
490 tem, o município possa de uma forma diferenciada tratar as situações diferenciadas? Os  
491 projetos especiais de um parque urbano. Então, esses projetos especiais de impacto  
492 urbano avaliados, aprovados por meio do Estudo de Viabilidade Urbanística, se assim  
493 entendido se alterará o regime do Plano Diretor. Então, esse que nós estamos aprovando  
494 aqui vai ser a base para o envio do projeto de lei. Algumas outras situações antes não se  
495 tinha um procedimento muito claro, a própria secretaria, por exemplo, a antiga do  
496 urbanismo, ou de planejamento, fazia os projetos de lei, pura simplesmente, mandava  
497 fazer o rito da audiência pública, alterava-se o plano. Essa convergência, digamos assim,  
498 da necessidade de antes de se enviar o projeto de lei, a gente passar pela avaliação da  
499 comissão do âmbito da CAUGE, passar pela aprovação do conselho do plano para  
500 homologação, é o mais recente, é um procedimento para verificar antes de ser enviado o  
501 projeto de lei, se o município tem interesse em realizar, em viabilizar o empreendimento  
502 naquele local; mas ele não dá nenhuma garantia para o empreendedor. Se não tiver a  
503 aprovação do projeto de lei, não virar lei aquele regime, esse estudo de viabilidade vai  
504 continuar sendo um estudo. Ele não gera um direito, necessariamente para a segunda  
505 etapa, a etapa do projeto, vai ter que ter a lei aprovada nesse aspecto. O segundo ponto  
506 que o conselheiro trouxe, estudo de impacto ambiental, por que não tem? O estudo de  
507 impacto ambiental está previsto na legislação federal e o município quando ingressa lá na  
508 etapa de diretrizes, no âmbito da comissão, ele verifica se há de fato uma potencialidade,  
509 um dano ambiental, uma necessidade de se exigir o estudo de impacto ambiental. É uma  
510 análise técnica que é feita por todos os projetos, sob pena do município ser  
511 responsabilizado, senão assim não é exigir. A partir a partir do projeto que se apresenta, o  
512 tamanho da área, as características ambientais... Não sei se tem alguém aqui do meio  
513 ambiente, verifica. E se exige, então, esse estudo impacto ambiental. Esse se entendeu  
514 que não haveria a necessidade, porque não teria características, é uma área de aterro,  
515 enfim, se chegou a uma conclusão e por isso que não se exigiu o estudo de impacto  
516 ambiental. Naturalmente, o poder público é bem rigoroso nesse aspecto do estudo de  
517 impacto, porque sabe que será responsabilizado se não exigiu esse estudo, enfim, todas  
518 as características ambientais necessárias. A EPAHC, o terceiro ponto que o conselheiro  
519 lembra, de procedimento padrão em função de uma instrução normativa do IPHAN, de  
520 2015, que dependendo do tamanho da área ela exige o estudo arqueológico. Então, é  
521 padrão que lá na etapa de diretrizes já apareça a necessidade que esse empreendimento  
522 vai ter que ter, para quando da aprovação do projeto, que é uma etapa posterior de estudo  
523 de viabilidade, ele tenha compatibilizado essa questão da autorização do IPHAN. Então,  
524 existe a portaria e não é uma medida necessária e obrigatória para essa etapa de estudo  
525 viabilidade, ele vai ter compatibilizar. Isso não impede o desenvolvimento, a aprovação do  
526 empreendimento como um todo, ele vai ter que fazer, dar o tratamento arqueológico  
527 necessário e ele faz em paralelo o processo de execução do empreendimento. É uma



528 etapa que está vinculada também à aprovação do projeto. Aqui, vamos dizer assim, a  
529 gente está discutindo a análise, o estudo da viabilidade urbanística, queremos isso para a  
530 cidade sim, o aspecto macro, o Conselho do Plano Diretor, a importância na estruturação  
531 do território da cidade, as outras questões mais formais elas são verificadas no aspecto da  
532 aprovação. A juntada do protocolo de intenções, enfim, enquanto município a gente trouxe  
533 aquela argumentação, certamente ela participou em algum momento. Eu acho válido, a  
534 gente pode juntar esse protocolo de intenções, quando foi negociada essa área,  
535 permutada, a área que município vai desenvolver o centro de eventos com a área que a  
536 gente está liberando da doação, acho salutar que se tenha isso no processo, porque é  
537 transparente e é o que ensejou o envio do projeto de lei que está lá na câmara, é esse  
538 protocolo de intenções que fez. Então, bastante interessante. As outras questões acho  
539 assim, nobre a questão do conselheiro, mas com relação à escola de samba, por serem  
540 processos diferentes, às vezes a gente tem um pouco de dificuldade de tratar e trazer tudo  
541 dentro deste processo, que existe um rito. Só para comentar aqui para vocês, as outras  
542 questões do texto, juntada levantada no processo que tramitou para a remodelação do  
543 estádio, bem como das obras do entorno, teve um processo, um trâmite, foi aprovado pelo  
544 conselho do estádio, enfim, é outro processo, a gente pode disponibilizar o número para o  
545 conselheiro poder acessar e tudo mais. Já lhe dou o Aparte. E a situação atual, o último  
546 requisito que o senhor coloca ali da solicitação à Câmara de Vereadores, o andamento do  
547 projeto de lei, de fato a gente consegue consultar pelo próprio site da Câmara de  
548 Vereadores, não foi votado ainda esse projeto de lei, mas ele vai para votação logo em  
549 seguida, dentro dos ritos que a câmara estabelece, que ele pode ser aprovado ou não pela  
550 Câmara de Vereadores. Isso não modifica em nada a nossa análise do aspecto  
551 urbanístico, digamos assim, se não for aprovado esse estudo de viabilidade não vai poder  
552 ir para a etapa de projeto, fica só como uma diretriz, ele não gera direito nenhum para o  
553 empreendedor. Então, é nesse sentido. Eu vi o seu o seu pedido ali, dei uma estudada  
554 para tentar contribuir na medida do possível e a gente esclarecer. Naturalmente, a gente  
555 vota, o regimento exige, a questão da necessidade de vista. Eu acho que vem esses  
556 esclarecimentos que eu tentei aqui externar de uma forma macro assim, mas eu acho que  
557 é o nosso papel enquanto poder público, é o seu papel enquanto conselheiro exigir e  
558 levantar esses questionamentos, é o nosso papel fazer esse esclarecimentos. Eu  
559 até, na tentativa de ajudar um pouco os conselheiros às vezes com os processos, junto  
560 com a Patrícia, nossa diretora de planejamento aqui, vou designar mais um arquiteto, que  
561 é conselheiro aqui, vocês conhecem o suplente, o Guilherme, para ele dar um suporte para  
562 vocês às vezes não entendimento do fluxo do processo, um entendimento mais técnico,  
563 que eu vejo que às vezes vocês tem um pouco de dificuldade de acessar esses processo,  
564 que passou pela comissão, quais as etapas. Nós temos a Dra. Gabrielle aqui que nos  
565 ajuda e está sempre disposta para contribuir, mas eu vou deslocar mais uma pessoa da  
566 equipe de planejamento, um servidor que também conhece um pouco dos fluxos de  
567 processos, para conversar lá com a Gisele, no escritório de licenciamento, quando foi  
568 aprovado, para poder traduzir aqui para vocês como que se chegou aquilo, o que está  
569 dentro desse fluxo de processo. Eu acho que para a gente ir aprimorando um pouco esses  
570 encaminhamentos, a gente ir trabalhando, construindo e aprendendo um com o outro.  
571 Acho que essa é a ideia, a gente tem que esclarecer, a partir do momento que a gente  
572 começa a nivelar os conhecimentos a gente consegue avançar, sem dúvida. **Felisberto**  
573 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: APARTE.**  
574 Toda a minha análise se deu do que tenho conhecimento desde o início da negociação da  
575 área do Internacional. Há compromisso, Maristela, deste Conselho com as escolas de



576 samba. Houve um processo de aprovação da regularização da área. (Manifestação fora do  
577 microfone). Não, é para te esclarecer. Em nenhum momento há qualquer demagogia em  
578 solicitar isso. Não, é o aspecto da legalidade daquilo que foi comprometido e tem um  
579 um compromisso, se não for do Internacional é do município e tem que ficar claro isso,  
580 Maristela. As escolas de samba não podem ser um brinquedo, não pode ser um brinquedo!  
581 (Manifestação fora do microfone). É porque tu fizeste certas colocações que eu não gostei  
582 de ouvir, depois eu vou conversar em particular contigo. Então, com o maior respeito quero  
583 deixar claro. Pessoal, há um projeto aprovado para as escolas de samba naquele local, foi  
584 aprovado nesse Conselho aqui, inclusive que os mais antigos podem referendar ou não.  
585 (Manifestação fora do microfone). Não sei, não sei, é isso que eu quero esclarecer. Ou  
586 este Conselho aprovou uma coisa e o município vai assumir ou não. É isso, as escolas de  
587 samba não podem ficar a ver navios. Estão fazendo exigências, demoliram a metade de  
588 uma escola de samba. Qual a contrapartida que receberam? Nenhuma! Isso é demagogia,  
589 isso é demagogia! Só para finalizar, eu peço desculpa porque eu tenho que ir para a  
590 audiência, mas o meu voto, claro, porque sou eu que estou pedindo diligência, gostaria de  
591 ver o Adroaldo falar, porque ele é o relator, ele tem que dizer se concorda ou não, porque  
592 o relatório é dele. Então, gostaria de submeter a ele, se também aceita a diligência ou não.  
593 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
594 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Já coloco a equipe à disposição aqui  
595 para tentar contribuir, esclarecer todas as dúvidas, a Gabrielle aqui localizar o protocolo de  
596 intenções, enfim, os outros processos da escola de samba. Eu acho que a gente está aqui  
597 para lhe auxiliar, é esse o nosso intuito e dar o maior conhecimento possível. **Maristela**  
598 **Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Felisberto, se  
599 alguém aqui é contra uma escola de samba, eu duvido, duvido que alguém é contra a  
600 cultura, a não ser o que foi feito e tu sabes muito bem por quem. Então, é o seguinte, a  
601 única coisa que eu divergi é que as escolas têm que fazer suas manifestações, as suas  
602 solicitações e não este Conselho para o Internacional. Pode ser qualquer outro  
603 empreendedor, eu acho falta de ética fazer uma solicitação, um conselheiro direto para o  
604 empreendedor, para o SINDUSCON, por exemplo. Isso é o fim da picada! Foi só nisso que  
605 eu tive uma divergência. Agora, em relação às escolas de samba, aqui alguém querer dizer  
606 que está mais a favor ou contra, isso sim tem nome, vamos com calma e com respeito.  
607 Muito obrigada, era isso. (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli**  
608 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu  
609 também gostaria desse esclarecimento, mas a minha questão, Secretário, quando eu falei  
610 anteriormente, eu também encaminhei um pedido de diligência, a SAERGS pediu vista.  
611 Salvo melhor juízo, no parecer da CAUGE, que prova, eu tenho o número do parecer, que  
612 as várias secretarias se pronunciam, o DMAE faz referência à aprovação do Parque  
613 Gigante. Inclusive, ele dimensiona no parecer que é 400 e poucos metros de área  
614 construída para 70 usuários e uma vazão de esgoto sanitário de 0,01 litros por segundo,  
615 que é mínimo. Salvo melhor juízo, eu li às vezes vários pareceres e não encontrei  
616 nenhuma referência do DMAE a esse projeto, a esse EVU. Somando a visita do Diretor  
617 Geral do DMAE que veio aqui e se pronunciou textualmente dizendo que Porto Alegre está  
618 sucateada e que ano que vem deve faltar mais água ainda, inclusive, com dados nobres, é  
619 preocupante. Eu gostaria que fosse encaminhado ao DMAE para esclarecimento ou se  
620 houver essa referência no processo e eu não vi, eu peço desculpas. Obrigado. **Germano**  
621 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**  
622 **SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Lembro que certamente a equipe técnica que aprova no  
623 âmbito das comissões também tem a sua responsabilidade técnica correspondente com



624 essa provação. (Falas concomitantes). **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de**  
625 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Quais são as considerações que eu  
626 quero deixar aqui para os colegas? Em primeiro lugar, parecer de vista, parece que os  
627 conselheiros estão cada vez mais querendo descobrir mais coisas e com isso vai  
628 atrasando a discussão e a aprovação desse projeto. Nós temos exemplos de projetos aqui  
629 que são aprovados a toque de caixa, como se diz. Como foi o do “bairro aeroporto” lá, que  
630 ninguém achou nada. Agora, para o Internacional a gente acha tudo, está errado. Então,  
631 eu quero colocar isto aqui, já fiz um parecer modesto, favorável, não vou mudar, claro. E  
632 eu acho de bom tom a iniciativa de cada conselheiro cada vez apontar algumas coisas,  
633 mas apontar com justeza, com clareza e não simplesmente apontar coisas imaginárias.  
634 Quero dizer com isso que a Câmara fazendo o seu trabalho, nós temos que confiar na  
635 Câmara, não posso contestar qualquer ação que a Câmara esteja fazendo que seja  
636 diferente do que a sociedade aprovaria para esse projeto aqui. Acredito e eu vi no início  
637 aqui conselheiros praticamente armando uma confusão para cada vez mais colocar  
638 dúvida. Nem todos tiveram acesso a este processo. Então, fica uma coisa e o que defendo  
639 sempre, a vista tem que ser apresentada em conjunto, todas, ou pelo menos no mesmo  
640 momento, no mesmo dia, na mesma plenária, senão ficam trazendo a cada dia uma fala, a  
641 cada dia uma fala diferente. Isso não pode acontecer, pessoal! Não pode! Todos somos  
642 adultos, esclarecidos, pessoas com boa formação aqui dentro, para entender que tu tens  
643 que ter a responsabilidade de trazer o teu parecer, a tua apreciação de forma clara para  
644 que todos entendam, não ficar na retranca aí. Tem muitos pareceres que até agora não  
645 vieram escrito, verbalmente é fácil. As secretarias, todas as secretarias, eu li tudo, fizeram  
646 a sua avaliação do processo, todas colocaram condicionantes, só vai ser aprovada se tu  
647 cumprir isso, isso e aquilo. Não dá para ler tudo, porque está no processo. Então, acho  
648 que nós não podemos... Defendendo o governo aqui de certa forma, mas eu vejo que as  
649 secretarias que trabalharam nesse processo, trabalharam com muita clareza e muita  
650 competência. Tenho que dizer isso aqui, porque é um projeto de altivez aqui para o  
651 Município de Porto Alegre e o Estado. Então, não podemos deixar de reconhecer. Então,  
652 nós não podemos atrasar simplesmente por capricho um projeto desse aqui. Tivemos uma  
653 reunião no Inter, que foi divulgado para todo mundo lá na Universidade do Inter, a equipe  
654 nos atendeu lá e não foi questionado mais coisas porque não levaram, mas estavam lá as  
655 pessoas para esclarecer. A única coisa que eu poderia acrescentar hoje são as demandas  
656 sociais, Paulo Jorge, que é muito pouco pelo tamanho do projeto e do próprio Inter, a  
657 importância que ele tem para Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul. Tem que fazer  
658 mais, aí eu concordo, eu acho que nós temos que apontar mais coisas. E eu não vi  
659 ninguém falar em nada social aqui, nem na cultura, nem nada. Nós estamos preocupados  
660 com ações, trabalhos e pareceres de outros técnicos, que pelo menos para mim tem muito  
661 mais competência do que eu. Então, não mudo nada no que eu fiz ali, vou acompanhar  
662 porque eu não sou contra a diligência, mas eu acho que está havendo uma pressão,  
663 Colega Felisberto. São enumerados vários itens ali que eu acho que muita coisa o próprio  
664 Presidente acabou de esclarecer. Então, se for só para contrariar, eu posso até mudar  
665 meu voto aqui com relação à diligência, mas no momento eu vou acompanhar os colegas  
666 por parceria só, não que esteja contra o que eu já fiz e o que eu li no processo. Obrigado.  
667 **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do**  
668 **Sul – UFRGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Só para não perder a oportunidade de chamar  
669 atenção neste ano que a gente está fazendo a revisão do plano diretor, que o Estatuto da  
670 Cidade abre a possibilidade e recomenda os estudos de impacto de vizinhança e nós não  
671 temos isso regulamentado em Porto Alegre. Eu chamo atenção pela segunda, terceira,



672 quarta, sei lá eu, quinta, milionésima vez aqui dentro. Se nós tivéssemos um Estudo de  
673 Impacto de Vizinhança regulamentado, provavelmente, muitas dessas questões que nos  
674 afligem não estariam aparecendo na forma como aparece. Ou seja, aparece porque não  
675 aparece, aparece porque o estudo não foi feito. Então, a gente acaba trabalhando com  
676 Estudo de Viabilidade Urbanística, que é muito básico, que é primário, ante a  
677 determinadas coisas que precisariam aparecer se nós fizéssemos o estudo de EIV. Então,  
678 eu acho que a gente podia pensar um pouco já na direção da revisão do plano, pensando  
679 em regulamentar o Estudo de Impacto de Vizinhança, porque ele requer uma série de  
680 estudos, que o Estudo de Viabilidade Urbanística não requer e fica *en passant*. Então,  
681 ficam coisas pouco esclarecidas e aprofundada. O mesmo que tu falaste, Germano, da  
682 questão de estudos de prospecção, estudos arqueológicos, isso tudo apareceria. Os  
683 estudos sociais que o Paulo Jorge falou, todas essas coisas, emprego, tudo, sobreamento,  
684 ventilação, paisagem e tudo isso não aparece porque o EVU é básico, é o mínimo. Então,  
685 a gente decidir coisas dessa ordem, que mexem com uma coisa fundamental da cidade,  
686 que é a paisagem, que é o *skyline*, nós ficamos muito prejudicados, realmente  
687 prejudicados decidindo questões em cima disso, porque nós não temos segurança da  
688 transformação que nós vamos estar fazendo na cidade. E a paisagem da cidade  
689 normalmente é tombada, é um patrimônio intangível. Então, a gente tem que ter uma  
690 responsabilidade em relação a isso, principalmente quando a gente fala em prédios  
691 icônicos, em turismo e tal, porque tem a ver com essa questão, do quanto isso é um  
692 patrimônio para nós ou não. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**  
693 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos colocar sim essa discussão no  
694 aspecto do Plano Diretor, a gente já tem, inclusive, lei em Porto Alegre que exige, no  
695 entanto ela entra em conflito com outras, enfim, a gente tem que sempre aprimorar esse  
696 debate. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
697 **Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, eu tinha que fazer hoje relato de  
698 vista. Então, eu queria entender, o fato de um ter pedido diligência primeiro, como é que  
699 acontece isso? É a segunda vez que eu vejo que acontece isso aqui, eu acho que o senhor  
700 até já estava como presidente. Eu acho que se tem vista, todos devem relatar a vista. É  
701 minha opinião, todos deveriam relatar vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**  
702 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós votamos, segundo a  
703 minha assessora aqui para assuntos de regimento, a gente vota o pedido de diligências e  
704 depois votamos a vista. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**  
705 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Pode um segundo relator de vista pedir mais uma  
706 diligência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
707 **Sustentabilidade - SMAMS:** Será votado. Então, colocamos em votação o pedido de  
708 diligência do Conselheiro Felisberto. Votos favoráveis ao pedido de diligência? (Contagem  
709 de votos = 12 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 10 votos). Abstenções?  
710 (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.**  
711 (Manifestação fora do microfone). É do relato de vista do Conselheiro Felisberto.  
712 (Manifestação fora do microfone). A gente anexa esse pedido de diligência, já que foi  
713 pedido essa diligência (DMAE), a gente anexa isso e faz os esclarecimentos na sequencia.  
714 Quem mais apresenta relato de vista? A RGP. 04, 05, 06, 07, SAERGS, ACESSO. O  
715 Conselheiro Gomes me lembra aqui que fica prejudicado, então, em função do pedido de  
716 diligências. (Falas concomitantes). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**  
717 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sérgio, QUESTÃO DE ORDEM. Houve um  
718 pedido dos conselheiros que iam fazer relato, que como tinha uma votação de diligência,  
719 eles pediram que fosse votado primeiro, porque isso alteraria a apresentação dos seus



720 relatos... (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Sérgio, deixa eu concluir...  
721 (Manifestação fora do microfone). Por favor, eu estou falando, depois peça a palavra.  
722 Inclusive, face à diligência, eu acredito que isso pode alterar inclusive os relatos que se  
723 tem hoje ao ouvir o que retorna das diligências. E a gente já fez isso outras vezes.  
724 (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**  
725 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Fica consignado e a gente aprimora  
726 isso. Então, temos mais algum pedido de diligências a partir desses relatos? Temos do  
727 Conselheiro Hermes que a gente anexou ao processo. Não há mais pedidos de diligência.  
728 Passamos ao Item 3.2... A Conselheira Claudete pede um esclarecimento com relação ao  
729 processo ao Ministério Público. Certamente, é obrigação deles atuarem a partir de  
730 denúncia. Então, como deve ter havido alguma denúncia na tramitação de processo, eles  
731 pediram cópia do processo físico e o município disponibilizou, porque tem  
732 responsabilidade, enfim, sobre aquela informação prestada, mas isso em nada impede a  
733 tramitação, a continuidade no processo, não há nenhuma orientação nesse sentido. É  
734 natural e o nós enquanto poder público temos que disponibilizar a informação, porque a  
735 gente tem a clareza do processo isonômico que ali tramitou e é o nosso papel prestar  
736 essas informações. Então, é nesse sentido que houve um pedido de cópia do processo do  
737 Ministério Público. Passamos, então, ao item 3.2 da pauta... **Claudete Aires Simas**  
738 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE  
739 ORDEM. Como já são 19h30min, o nosso teto é até às 20 horas, se nós formos discutir  
740 mais um item em pauta, um primeiro que eu não sei se o tempo será suficiente, segundo  
741 que nós vamos ficar sem as comunicações. Então, a minha sugestão é que sejam feita as  
742 comunicações e deixado esse expediente 3.03 para a próxima sessão. **Germano Bremm,**  
743 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
744 Conselheira, na verdade, a gente tem pedido de dúvida... A gente tem apresentação de  
745 relato? (Manifestação fora do microfone). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**  
746 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** O meu eu queria fazer o relato,  
747 porque na minha opinião é um relato que já fiz uma apresentação, houve diligência, teve  
748 apresentação, que é sobre solo criado. Não vai ter discussão, quem quiser para saber se  
749 vai ter vista ou não. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
750 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a gente avança nesse processo  
751 3.02 da pauta, tenta fazer o relato e na sequência a gente abre um espaço para  
752 comunicações, aí o pessoal fica mais livre também se quiser se retirar. **Darci Barnech**  
753 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**  
754 **ABES/RS:** Secretário, eu acho que o 3.04 é mais tranquilo de fazer o relato do que esse  
755 aí. Eu apoio a proposta do Conselheiro Saffer. **Germano Bremm, Presidente e**  
756 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos  
757 votar a inversão da pauta. Votos favoráveis à inversão da pauta para a votação do solo  
758 criado. (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 03  
759 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A**  
760 **INVERSÃO DA PAUTA.** Os valores de solo criado, acho que já está bem construída essa  
761 pauta, foi bastante esclarecida na reunião passada, com o pessoal da equipe da Secretaria  
762 da Fazenda, a UDRE, acho que foram muito técnicas as explicações. Então, a gente tem  
763 condição de apresentar o relato. O Relator Sérgio, por favor, 10 minutos para o relato.  
764 **3.04. EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre.**  
765 **ASSUNTOS: Valores do solo criado. RELATOR: ÁREA. Sérgio Saffer (Titular),**  
766 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** (Leitura do parecer  
767 inserido no processo: favorável à aprovação da tabela de valores de solo criado





768 adensáveis e não adensáveis, competência 2018). Eu não fiz todo o relato do processo,  
769 porque eu já tinha feito isso nas outras duas reuniões. Eu não sei se vocês entenderam  
770 que eu já tinha comentado. Na primeira vez que eu tinha pedido uma diligência eu tinha  
771 feito o relato das etapas e no meu pedido de diligência eu de novo fiz isso. Então, eu fiz  
772 um relato curto hoje, não apresentando todas essas etapas novamente. Se alguém quiser  
773 eu esclareço ou relembro onde é que passou, a cada secretaria. Esse é o meu relato.  
774 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
775 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. **Darci Barnech Campani (Titular),**  
776 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só um pedido,  
777 se o Saffer também pudesse absorver uma ideia. A análise do solo criado tem que vir aqui,  
778 se não me engano, a cada 6 meses para avaliação da metodologia e dos valores. Eu acho  
779 que seria interessante este Conselho ter um GT permanente, acho que até a ÁREA  
780 poderia coordenar esse GT, porque realmente é um cálculo muito complexo. Então, tem  
781 que ter uma expertise aqui no nosso Conselho que possa não a cada 6 meses pegar isso  
782 aí como um novo processo que esteja sendo reavaliado. Então, eu voto a favor do teu  
783 parecer, mas não sei se a gente poderia, paralelamente a isso constar no teu parecer essa  
784 proposta de um GT permanente deste Conselho. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**  
785 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Presidente, da outra vez o senhor  
786 comentaste que houve um parecer de que tinha que ter avaliação que já não fazemos  
787 aqui. Com a nova aprovação da lei eu gostaria de saber o que vai acontecer, isso que o  
788 Campani está propondo. A metodologia é uma coisa que eu também tenho dúvida se ela  
789 tem que ser realmente, quando que ela tem que ser aprovada. Isso é uma dúvida que eu  
790 tenho, porque a última vez foi aprovada em 2000. **Germano Bremm, Presidente e**  
791 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em 2001  
792 neste Conselho e agora foi transformada em lei, a metodologia está na lei, nesta  
793 recentemente aprovada. Então, a metodologia aprovada pelo Conselho lá em 2001 virou  
794 lei, porque o Estatuto da Cidade determinou que estivesse em lei a metodologia, é  
795 estatuto, é lei federal, por isso que a gente teve que botar no projeto de lei. A Conselheira  
796 Gisele tem um aparte ali para comentar a questão da nova, lei que estaria resolvida essa  
797 questão dos quarteirões. É isso, Conselheira? **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente),**  
798 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu não sei exatamente  
799 o detalhe fino da questão, mas é uma das novas modificações que vem com essa lei para  
800 melhorar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**  
801 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. E outro ponto que a gente traz na lei  
802 é a atualização, porque há como um preço público correspondente a necessidade de  
803 atualizar pelo índice, IGPM, enfim, não sei qual é o índice utilizado lá. Então, essa  
804 atualização passa a ser automática e a reavaliação é de dois em dois anos ou a partir de  
805 uma modificação de mercado que se demandar, mas de dois em dois anos. Então, a  
806 reavaliação dos valores, a aplicação desta metodologia pelo conselho é de dois em dois  
807 anos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**  
808 **Arquitetura - AREA:** Eu só solicito, Secretário, esta minha sugestão, porque eu li o  
809 processo e teve uma ata muito antiga que tinha essa proposta, não me lembro se foi de  
810 2012 parece, que falava que tinha que melhorar algumas coisas, que nessa última  
811 avaliação, tanto a UDRE como a DAE se reuniram e melhoraram a metodologia. Então,  
812 essa questão da face dos quarteirões que eles explicaram aqui é uma proposta, ver se as  
813 secretarias continuam trabalhando, se evoluíram, porque não é tão fácil assim. **Germano**  
814 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**  
815 **SMAMS:** Vamos mandar o processo. Sem dúvida, eu acho que contribui muito. **Emerson**



816 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**  
817 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Presidente, só uma colocação.  
818 Em relação ao comitê gestor desta nova legislação, quando que ele vai ser instalado?  
819 Porque ele vai fazer o acompanhamento desse fundo. **Germano Bremm, Presidente e**  
820 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O fundo,  
821 necessariamente, tem que ser regulamentado por decreto. Então, a gente não tem ainda o  
822 decreto, mas as secretarias estão trabalhando, a Secretaria de Desenvolvimento  
823 Econômico, na regulamentação desse Fundo Municipal de Gestão de Território. Até  
824 porque hoje não tem nenhum recurso nesse fundo, porque é o médio adensamento que  
825 vai ser destinado para esse fundo e hoje a gente não vende o médio adensamento, porque  
826 os valores não foram atualizados. Primeiro a gente atualiza os valores, publica, aí vai  
827 começar a vender, vai entrar com recurso para o fundo e a gente instala o fundo por meio  
828 do decreto regulamentador. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de**  
829 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**  
830 **HOCDUA:** Quem vai compor o comitê gestor? Só para gente entender. **Germano Bremm,**  
831 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
832 Isso está na diretriz estabelecida na legislação, as secretarias que em algum momento  
833 participam desse processo, da gestão do território. Eu acho que está em aberto ainda, é  
834 importante contribuir aí, mas na mesma regra dos outros conselhos de fundo, certamente o  
835 pessoal encaminha nesse sentido. A gente tem algum pedido de vista? A Conselheira  
836 Claudete. O Conselheiro Gomes também pede vista. **PEDIDO DE VISTA DA RGP. 06 E**  
837 **ACESSO.** Então, passamos ao período de comunicação, como sugeriu a conselheira  
838 Claudete. **4. COMUNICAÇÕES. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**  
839 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou aproveitar este  
840 momento de comunicações, porque, na verdade, a gente tem utilizado este momento para  
841 esclarecer e para colocar algumas questões. Eu não quis polemizar na hora que o colega  
842 Adroaldo questionou, mas eu vou fazer um apelo, porque cada vez que a gente questiona  
843 é colocado aquela coisa que é do contra. Eu fiz questionamento sérios sobre esse  
844 processo, é sério e eu não sei se todo mundo leu todo o processo, mas tem questões  
845 muito sérias no processo, tem pareceres que estão simplesmente assinados e apagadas  
846 as assinaturas. Quer dizer, um parecer de quem não sei. Pareceres são muito importantes  
847 dentro de um processo. Além disso, é uma discussão conceitual e até mesmo filosófica da  
848 cidade. Encerrando, vamos combinar assim, todo mundo fala, se é contra ou se é a favor  
849 não é porque quer retardar o processo. Eu não tenho nenhum compromisso que esse  
850 processo tenha que ser aprovado ontem. Eu já falei aqui, no mundo inteiro processos  
851 dessa ordem, inclusive, o ex-secretário me contradisse com uma experiência no Canadá  
852 que ele teve, mas se sabe que no mundo inteiro essas processo demoram às vezes anos,  
853 na Alemanha, em vários países da Europa, são consultas infinitas à população. Aqui tem  
854 que ser para ontem. O único beneficiado disso é o Sport Club Internacional, ou melhor,  
855 nem é o Sport Club Internacional, são as empresas que vão construir, que vão ganhar  
856 bilhões em cima de uma área e de um direito público, mas não vamos discutir agora isso.  
857 Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**  
858 Que bom, Secretário Presidente, que o senhor voltou, porque aí começou a conduzir  
859 realmente a mesa. Eu fico feliz, porque infelizmente, independente da posição de um e  
860 outro, quando se está em uma mesa a gente tem que ter postura de executivo e não da  
861 sua região, que eu acho louvável cada região ter a sua postura. Em relação aos outros faz  
862 parte. Então, assim, Secretário, hoje nós avançamos muito na questão da reunião da  
863 Macro 10 aqui, foi muito importante. E tem muitos especuladores e querem modificar,



864 chega a ter lobbys para modificar alguns índices lá na nossa região. E baseada em  
865 algumas posturas que estamos tendo aqui, tem que ficar muito mais de olho, porque é  
866 sempre dois pesos e duas medidas, mas são coisas normais da vida, faz parte. A postura  
867 mesmo a gente tem que ter quando está naquela mesa ali, porque a deselegância, a forma  
868 desagradável que alguns de nós somos tratados aqui. Assim, foi um avanço muito grande  
869 em relação a Macro 10, tivemos aqui a Engenheira Cléia, que participou de toda a lei  
870 consorciada da Lomba do Pinheiro. Ela faz parte agora, ela foi da parte das entidades, foi  
871 superimportante a participação dela. Nós vamos fazer uma caminhada lá na região e  
872 vamos precisar muito do apoio e da estrutura da secretaria, porque o pessoal está com  
873 dificuldade, às vezes não tem nem caso para deslocar as pessoas, vamos precisar muito  
874 da sua compreensão. Vai ser muito bom, muito bom mesmo. Parabéns. Obrigada. **Paulo**  
875 **Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**  
876 Eu acho que toda discussão é válida, o conhecimento, debate, porque quando estamos  
877 aprovando um empreendimento para a cidade de Porto Alegre tem que esgotar todo o  
878 discurso para poder aprovar, ainda mais um empreendimento de alta relevância, que vai  
879 chegar ao ponto de mais tarde levar a cidade para a discussão. Quero dizer a minha  
880 conselheira da RGP. 7, não por ser colorado ou gremista, este empreendimento é um  
881 impacto para a cidade demais. Eu lembro na década de 88, 89, dois empreendimentos que  
882 saíram na Borges de Medeiros, aqueles hotéis ali, até na época do Collares. Também os  
883 empreendimentos que saíram atrás da escola em frente à RBS, que o Collares, dizem que  
884 mandou fazer sem respeitar o Plano Diretor, não houve discussão, porque não era  
885 possível fazer ali um empreendimento daquela altura. Agora foi aprovado lá embaixo no  
886 Estaleiro Só. Agora querem aprovar um empreendimento de 130 andar à direita. Eu não  
887 sou arquiteto e nem engenheiro, quero saber, a altura dos empreendimentos na Borges de  
888 Medeiros, por que tem só os hotéis ali e depois não tem mais nenhum? Em 88, 89, o  
889 Collares ganhou milhões. Aquele negro macaco, aquele negro sem vergonha, era boca  
890 para chamar de “negro ladrão”. Só ouvi falar daquele negro ladrão que mandou construir  
891 aqueles empreendimentos. Agora saiu no Estaleiro Só. Uma pergunta, os dois  
892 empreendimentos não vão dar nada de contrapartida social? Nem o Estaleiro Só e nem o  
893 Internacional. Eu fico analisando a manobra política e a região fica pensando. Então, quer  
894 dizer a vocês aqui dentro, e concordo contigo, conselheiro, houve manobra aqui dentro.  
895 Quer que eu fale, minha conselheira? Então, ouve! Eu estava aqui dentro, eu vi, jogadas  
896 violentas em Porto Alegre, jogadas milionárias passaram aqui dentro, depois se  
897 arrependeram. Então, estamos de parabéns e quero aprender a escutar, porque quando  
898 eu saí deste Conselho quero sair com conhecimento. Eu não posso votar um projeto que  
899 eu li e reli, fiquei olhando. Agora, eu tenho que esperar a Livia falar, os arquitetos, os  
900 engenheiros, mas cuidem a cidade, para eu ter o meu voto tranquilo, com posição a favor  
901 ou contra, mas para eu poder avaliar. (Sinalização de tempo esgotado). Então, estão de  
902 parabéns pela discussão, agradeço pela diligência que foi pedida, porque esse  
903 empreendimento se for aprovado vai ter um impacto violento, porque botaram a vila para  
904 fora, jogaram o vileiro e estão dando lucro para um clube fabuloso, bilionário. Aí é triste ver  
905 a favela não ganhar nada. Obrigado! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania**  
906 **e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu quero fazer um requerimento formal e não é  
907 porque é verbal que não seja formal, se precisar eu encaminho depois a formalização. Eu  
908 gostaria que fosse encaminhado a todos os conselheiros o parecer da Corregedoria, o  
909 relatório que foi feito quando da fiscalização entre a Corregedoria do Município, Ministério  
910 Público Criminal, que resultou na exoneração de 9 funcionários da Secretaria do qual o  
911 Hermes aqui se referiu. Eu acho que esse relatório é muito importante e dá a dimensão



912 daquilo que o Secretário hoje colocou, que entende que existe um funcionário destacado  
913 para fazer isso. Não é um funcionário destacado para isso, somos todos nós, porque todos  
914 nós somos os olhos, na verdade, da sociedade e temos o poder de fiscalização. Então, eu  
915 quero que seja nos encaminhado esse relatório. **Germano Bremm, Presidente e**  
916 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa,  
917 Conselheira, vou pedir para a senhora formalizar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**  
918 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ele foi público, inclusive, ele esteve no  
919 site da Prefeitura, agora não está mais, mas eu encaminho o número e solicito por escrito,  
920 não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**  
921 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, dentro do possível a gente tenta  
922 localizar, se for uma informação que o município tenha a gente lhe encaminha. **Jackson**  
923 **Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três –**  
924 **RGP. 3:** Bom, diante do adiantado da hora, são 19h58min, alguns colegas se estenderam  
925 no horário e o processo que eu tenho como relatar eu só queria deixar registrado que o  
926 relato está pronto. Diante de ser um processo de grande monta e que vai demandar  
927 certamente muitos questionamentos e discussões, eu sugiro e mesa e aos demais colegas  
928 que a gente coloque ele para a próxima pauta, para a próxima reunião. **Germano Bremm,**  
929 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**  
930 Ok, conselheiro. Então, encerramos a reunião, na próxima terça-feira estaremos aqui  
931 novamente. **ENCERRAMENTO: 20h00min.**

932  
933  
934  
935  
936  
937  
938  
939  
940

941

---

942 **Germano Bremm**  
943 **Presidente**

---

**Secretária Executiva**  
**Relatora**

944  
945  
946  
947  
948  
949 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**